

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidades de Direito Penal e Ciências Jurídico-Forenses

2025-2026

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Processual Penal II, TAN

2. Informação Complementar: semestral

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof.^a Doutora Helena Morão (2h semanais)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

–

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Objectivos da unidade curricular (e relação com os conteúdos programáticos e métodos de ensino)
Conhecer sistemática e aprofundadamente o estado da arte e os problemas fundamentais do Direito Processual Penal dos Recursos, desenvolver o pensamento crítico e a aptidão argumentativa sobre estes temas e adquirir competências de resolução de casos e de investigação e teorização autónomas.
Por esta razão, os conteúdos programáticos incidem sobre os principais pontos dilemáticos dos Recursos em Processo Penal e são discutidos científica e dialogadamente, de acordo com uma metodologia de desconstrução e reconstrução racional de critérios dogmáticos de solução de hipóteses complexas, com ampla utilização de jurisprudência.

6. Conteúdos programáticos:

Recursos em Processo Penal
1. Constituição e direito fundamental ao recurso em processo penal;
2. A legitimidade para recorrer numa perspectiva constitucional;
3. A recorribilidade à luz da Constituição;
4. Direito fundamental ao recurso, decisão de recurso e poderes de cognição, substituição e cassação do tribunal ad quem.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

V., supra, 5.

8. Metodologias de ensino:

V., supra, 5.

9. Avaliação:

Avaliação: participação oral: 50%; prova escrita de avaliação final: 50%.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

V., supra, 5.

11. Bibliografia principal:

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, e MORÃO, Helena, anotações aos artigos 399.º a 436.º (Título I – Dos recursos ordinários, do Livro IX – Dos recursos), in Paulo Pinto de Albuquerque (org.), Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, 5.ª ed., vol. II, Lisboa, 2023;

ANTUNES, Maria João, Direito Processual Penal, 5.ª ed., Coimbra, 2023;

APRILE, Ercole, Appello, Ricorso per Cassazione e Revisione, Milão, 2013;

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, Guide on Article 6 of the European Convention of Human Rights – Right to a fair trial (criminal limb), 2022, disponível em www.echr.coe.int;

CAMPBELL, Liz, ASHWORTH, Andrew, e REDMAYNE, Mike, The Criminal Process, 5.ª ed., Oxford, 2019;

FANEGO, Coral Arangüena, “The Right to a Double Degree of Jurisdiction in Criminal Offences (Art. 2 P7)”, in Javier Garc Roca e Pablo Santolaya (org.), Europe of Rights – A Compendium on the European Convention of Human Rights, Leiden/Boston, 2012, pp. 167-176;

GAMA, António, LATAS, António João, CORREIA, João Conde, LOPES, José Mouraz, TRIUNFANTE, Luís Lemos, DIAS, Maria do Carmo Silva, MESQUITA, Paulo Dá, ALBERGARIA, Pedro Soares de, e MILHEIRO, Tiago Caiado, Comentário Judiciário do Código de Processo Penal, tomo V (artigos 399.º a 524.º), Coimbra, 2024

GASPAR, António da Silva Henriques, CABRAL, José António Henriques dos Santos, COSTA, Eduardo Maia, MENDES, António Jorge de Oliveira, MADEIRA, António Pereira e GRAÇA, António Pires Henriques da, Código de Processo Penal Comentado, 4.ª ed., Coimbra, 2022;

HUMAN RIGHTS COMMITTEE, General Comment No. 32 – Article 14: Right to Equality before Courts and Tribunals and to Fair Trial, 2007, disponível em www.ohchr.org;

LOYOLA, Enrique Letelier, El Derecho Fundamental al Recurso en el Proceso Penal, Barcelona, 2013;

MARUJO, João Pires, Do Agravamento da Responsabilidade do Arguido em Segunda Instância - Uma Perspectiva sobre a Constitucionalidade do Regime do Código de Processo Penal, Coimbra, 2024;

MARSHALL, Peter D., “A comparative analysis of the right to appeal”, Duke Journal of Comparative & International Law, vol. 22, 2011, pp. 1-46;

MELIM, Mafalda Moura, O Recurso da Decisão que Aplica Medida de Coacção: Que Tutela para o Assistente? – Contributo para o estudo deste sujeito processual, Lisboa, 2023;

MORÃO, Helena, “O fundamento constitucional do poder funcional de recurso e a legitimidade para recorrer do Ministério Público em Processo Penal – A propósito do Acórdão n.º 361/2016 do Tribunal Constitucional”, Revista do Ministério Público, n.º 147, 2016, pp. 177-190;

- “Da delimitação subjectiva do direito ao recurso em matéria penal – Fundamento e legitimidade para recorrer”, Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais, n.º 5, 2017, pp. 9-32;

- “‘Whenever yet was your appeal denied?’ – Sobre o direito do arguido ao recurso de decisões de recurso”, Revista do Ministério Público, n.º 158, 2019, pp. 37-50;

- “Sem apelo nem agravo – Sobre o direito ao recurso em matéria de facto em caso de primeira condenação em segunda instância”, Revista do Ministério Público, n.º 159, 2019, pp. 155-167;

- “Pela renovação da renovação da prova”, Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais, n.º 12, 2020, pp. 171-195;

- “Reformando o recurso em processo penal”, in Paulo Pinto de Albuquerque, Rui Cardoso e Sónia Moura (org.), Corrupção em Portugal – Avaliação legislativa e propostas de reforma, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2021, pp. 655-663, em acesso aberto em <https://openbooks.ucp.pt/ucp/catalog/book/176>

- “Um não julgamento de inconstitucionalidade em julgamento – Acerca da jurisprudência constitucional sobre o direito ao recurso de primeiras condenações em segunda instância em pena não privativa da liberdade”, Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais, n.º 13, 2021, pp. 79-93;

- “A revista penal em revista”, a Revista, n.º 2, 2022, pp. 137-149, em acesso aberto em <https://arevista.stj.pt/>

- Direito Processual Penal dos Recursos, Coimbra, 2024;

MORÃO, Helena, e MELIM, Mafalda Moura (org.), Direito Processual Penal dos Recursos – Jurisprudência Seleccionada, 2.ª ed., Lisboa, 2022;

MORÃO, Helena, e SILVA, Ricardo Tavares da (org.), Fairness in Criminal Appeal – A critical and interdisciplinary analysis of the ECtHR case-law, Cham, 2023;

ROXIN, Claus, e SCHÜNEMANN, Bernd, Strafverfahrensrecht – Ein Studienbuch, 30.ª ed., Munique, 2022;

SILVA, Germano Marques da, Direito Processual Penal Português – Do procedimento (Marcha do processo), 3.º vol., Lisboa, 2014;

THAMAN, Stephen C., “Appeal and cassation in Continental European criminal justice systems: guarantees of factual accuracy, or vehicles for administrative control?”, in Darryl K. Brown, Jenia I. Turner e Bettina Weisser (org.), The Oxford Handbook of Criminal Process, Oxford, 2019, pp. 937-959.